

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 3014/2019-PGJ, DE 20.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 2734/2019-PGJ, de 29.7.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de agosto de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
17 e 18.8.2019	2ª PJ de Miranda	Juliana Pellegrino Vieira	99312-3912
24 e 25.8.2019	PJ de Dois Irmãos do Buriti	Eduardo de Araujo Portes Guedes	99933-2073

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
17 e 18.8.2019	PJ de Dois Irmãos do Buriti	Eduardo de Araujo Portes Guedes	99933-2073
24 e 25.8.2019	2ª PJ de Miranda	Juliana Pellegrino Vieira	99312-3912

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3016/2019-PGJ, DE 20.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça da comarca de Jardim, Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Anastácio, no dia 21.8.2019, no período vespertino.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3023/2019-PGJ, DE 21.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 2 a 9.10.2017, a serem usufruídos nos dias 12 e 13.9.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3024/2019-PGJ, DE 21.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Roberto Tavares de Souza 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídos no período de 27.8 a 5.9.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3028/2019-PGJ, DE 21.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Eldorado, Gustavo Henrique Bertocco de Souza, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Mundo Novo, no dia 26.8.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3029/2019-PGJ, DE 21.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 33ª Zona Eleitoral, no dia 26.8.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3030/2019-PGJ, DE 21.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Roberto Dietz 11 (onze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 14 a 24.8.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3031/2019-PGJ, DE 21.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 10 a 16.4.2019, a ser usufruído no dia 30.8.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3034/2019-PGJ, DE 21.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as Promotorias de Justiça e o Juizado Especial constantes do quadro a seguir, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA/JUIZADO ESPECIAL
Daniel Higa de Oliveira	23.8.2019	Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso
		Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Verde de Mato Grosso
Marcos André Sant’Ana Cardoso	30.8.2019	Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso
		Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Verde de Mato Grosso
		Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3035/2019-PGJ, DE 21.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a 21ª Zona Eleitoral, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker, conforme o quadro a seguir:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA
Daniel Higa de Oliveira	23.8.2019
Marcos André Sant’Ana Cardoso	30.8.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3036/2019-PGJ, DE 21.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2889/2019-PGJ, de 12.8.2019, na parte que designou a Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro para atuar nas audiências da 10ª Vara do Juizado Especial Central de Campo Grande no dia 22.8.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3025/2019-PGJ, DE 21.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, tendo em vista o disposto no artigo 258 da Lei nº 1.102/90, e diante das razões apresentadas pela Presidente da Comissão Sindicante,

R E S O L V E :

Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 27.8.2019, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante instaurada por intermédio da Portaria nº 2094/2019-PGJ, de 17.6.2019, publicada no DOMP nº 1.992, de 24.6.2019, para apurar os fatos constantes do Processo PGJ/10/2353/2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 0159/2019/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2019.00008638-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 13 de agosto de 2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/PGJ/2019 – UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 12/PGJ/2019-SRP (Processo nº PGJ/10/0210/2019).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos de scanners, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

- Abertura das propostas: dia 09 de setembro de 2019, às 09 horas e 30 minutos (horário de Brasília/DF).

- Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 22 de agosto de 2019 por meio do endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na sede do Ministério Público Estadual – PGJ (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 09 às 12 horas e das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pelo Exmo. Procurador-Geral de Justiça do MP/MS em exercício, em 21/08/2019:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;

- Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Carla Maria Bagordakis;

- Suplente do Pregoeiro: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;

- Suplentes da Equipe de Apoio: Emerval Carmona Gomes e Gladys Esmelda Barrios Amarilha.

- Fiscalização da ARP: Secretaria de Administração/PGJ e Secretaria de Tecnologia da Informação/PGJ.

Campo Grande, 22 de agosto de 2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça do MP/MS *em exercício*

Ordenador de Despesa

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL N. 0011/2019/07PJ/CBA**

Autos do Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis n. 09.2019.00002764-1

A 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção à Infância e Juventude, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis 09.2019.00002764-1, que se encontra à disposição na Rua Vinte e Um de Setembro, 1.630, Aeroporto, Edifício do Fórum, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça.

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Averiguar eventual situação de risco e violação de direitos vivenciada pela idosa Geralda Ferraz, uma vez que supostamente é negligenciada e abusada financeiramente por membros de seu grupo familiar.

Corumbá/MS, 16 de agosto de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça em substituição legal

EDITAL N. 0012/2019/07PJ/CBA

Autos do Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis n. 09.2019.00002872-9

A 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção à Infância e Juventude, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis 09.2019.00002872-9, que se encontra à disposição na Rua Vinte e Um de Setembro, 1.630, Aeroporto, Edifício do Fórum, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Maria Lúcia Paulo da Cruz.

Assunto: Apurar situação vivenciada pelos filhos da senhora Maria Lúcia Paulo da Cruz em razão de sua negligência nos cuidados destes.

Corumbá/MS, 16 de agosto de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça em substituição legal

DOURADOS

RECOMENDAÇÃO N. 0001/2019/11PJ/DOS

Inquérito Civil n. 06.2018.00001262-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados/MS.

Objeto: Apurar eventual risco de afundamento de residências edificadas sobre um antigo lixão, situado no Jardim Canaã VI e adjacências, bem como eventual perigo de vazamento de gás metano (objeto originário do inquérito civil n. 131/2011/PJDHU/DD).

RECOMENDAÇÃO n. 0001/2019/11PJ/DOS

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu 11º Promotor de Justiça da Comarca de Dourados, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007/PGJ dispõe em seu artigo 5º que *"a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social"*;

CONSIDERANDO que o art. 44 da referida norma ainda estabelece que *"O órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório, poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover"*;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é *"instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis"* (Constituição Federal, artigo 127, *caput*), sendo-lhe dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos direitos difusos, nos termos do artigo 129, inciso III da Constituição Federal c/c. artigo 81, parágrafo único, incisos I a III, da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sendo, ainda, sua função institucional zelar pelo efetivo respeito ao meio ambiente e proteção da coletividade (art. 1º, incisos I e IV, Lei n. 7.347/85);

CONSIDERANDO que é direito de todos o acesso a um ambiente ecologicamente equilibrado, sendo este um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao Poder Público e à coletividade defendê-lo e preservá-lo, nos moldes do art. 225 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 2º da Lei 6.938/1981, "*A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana*";

CONSIDERANDO que, dentre os princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, destacam-se: "*I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; [...] e VIII - recuperação de áreas degradadas*" (art. 2º);

CONSIDERANDO que, ao regulamentar o dever de recuperação de áreas degradadas, o art. 3º do Decreto n. 97.638/89 determina que "*A recuperação deverá ter por objetivo o retorno do sítio degradado a uma forma de utilização, de acordo com um plano preestabelecido para o uso do solo, visando a obtenção de uma estabilidade do meio ambiente*";

CONSIDERANDO que entende-se por degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente; e poluição a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, ou ainda que lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos (art. 3º, incisos II e III da Lei 6938/1981);

CONSIDERANDO que a Lei Federal 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituiu o dever de elaboração dos Planos Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos, cujos conteúdos mínimos devem prever metas para a eliminação e recuperação de lixões, com previsão de áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos a serem objeto de recuperação ambiental, nos termos do art. 15, inciso V e art. 17, incisos V e XI;

CONSIDERANDO que, a referida lei também obrigou os municípios a elaborarem o Plano Municipal de Resíduos Sólidos, cujo conteúdo mínimo deve prever a "*identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras*", nos termos do art. 19, inciso XVIII;

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos previu como diretriz de n. 02 a "*Recuperação de lixões compreendendo as ações de queima pontual de gases, coleta de chorume, drenagem pluvial, compactação da massa e cobertura vegetal*";

CONSIDERANDO que, no âmbito municipal, a Lei Complementar n. 055/2002 – Política Municipal do Meio Ambiente, prevê a necessidade de um planejamento ambiental que diagnostique as condições dos recursos ambientais e da qualidade ambiental, as fontes poluidoras e o uso e a ocupação do solo no território do Município de Dourados, além do o grau de degradação dos recursos naturais (art. 9º, incisos I e III);

CONSIDERANDO que, nos termos da legislação local: "*Artigo 65 - Considera-se poluição do solo e do subsolo a disposição, a descarga, a infiltração, a acumulação, a injeção ou o enterramento no solo ou no subsolo, em caráter temporário ou definitivo, de substâncias ou produtos poluentes, em estado sólido, pastoso, líquido ou gasoso*";

CONSIDERANDO que "*Artigo 68 - No caso de derramamento, vazamento, ou disposição accidental de qualquer poluente sobre o solo, em cursos d'água ou na atmosfera, as operações de limpeza e restauração da área e dos bens atingidos, de desintoxicação, quando necessária, e de destinação final dos resíduos gerados atenderão às determinações estabelecidas pelo IPLAN em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde e com a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC*" (LC 055/2002);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 131, incisos XXII e XXVI, da Política Municipal do Meio Ambiente, constituem infrações ambientais as ações ou omissões que causem poluição da água e má utilização do solo, por lançamento de resíduos sólidos, líquidos, substâncias tóxicas ou produtos poluentes em caráter temporário ou definitivo;

CONSIDERANDO que, no bojo do inquérito civil 06.2018.00001262-2 é possível identificar a área de um antigo lixão, onde houve grande descarte irregular de resíduos, causando a poluição do local, mas sobre o qual foi construído o Residencial Jardim Canaã VI;

CONSIDERANDO que a investigação foi instaurada a partir de denúncia de risco de afundamento das residências edificadas no local, bem como de vazamento de gás metano fruto da decomposição das matérias anteriormente ali depositadas (fl. 16);

CONSIDERANDO que o loteamento implantado sobre a área trata-se de loteamento social, para assentamento de famílias de baixa renda, executado pelo próprio Município de Dourados, em área institucional (fls. 21-32);

CONSIDERANDO que o Município de Dourados tem ciência da reclamação desde o ano de 2011 (fls. 37-39);

CONSIDERANDO que o Relatório de Vistoria 001/2012 informou que após o encerramento da atividade do lixão, *"os amontoados de lixo foram cobertos por terra e compactados"* e ainda que *"o fato deste bairro estar localizado sobre um antigo lixão, faz com que os resíduos decompostos produzam gases inflamáveis, como o metano, que podem provocar explosões; o chorume gerado (e que contém mercúrio) contamina o solo e a água do bairro, o lençol freático e, assim, córregos e rios da cidade. Além disso, como boa parte desse lixo é constituída por materiais orgânicos, ao sofrerem decomposição liberam gases, formando vazios no interior do solo, tendo como resultado a acomodação da terra, o que pode provocar o afundamento da fundação das construções locais e, conseqüentemente, a constante formação de rachaduras nas paredes"* (fls. 43-44);

CONSIDERANDO que, em informações prestadas ao Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução – DAEX, o topógrafo municipal Sr. Daniel Nery contou que *"o lixo presente foi apenas nivelado, coberto por uma camada de terra de aproximadamente 0,8 e 1,0 metro de espessura e compactado, após esse processo a área foi loteada e as residências construídas"* (fl. 98);

CONSIDERANDO que o DAEX recomendou a delimitação da área com definição da pluma de contaminação; a realização de ensaio de sondagem das propriedades do solo, para identificação do tipo de lixo remanescente e suas propriedades, bem como presença de gás metano; e estudos para identificar eventual contaminação, com a elaboração de projeto de descontaminação da área (fls. 101-102);

CONSIDERANDO, então, o teor do Laudo de Sondagem a Percussão (SPT) de fls. 130-138, onde foram executados 05 (cinco) furos de sondagem pelo método SPT, identificando a presença de argila com lixo domiciliar e entulho a 4,30 metros de profundidade;

CONSIDERANDO, ainda, o Relatório de Avaliação das Concentrações de Metano no Solo, onde foram executadas outras cinco perfurações nas calçadas em locais distintos, registrando a presença de gás metano no solo, sendo que o valor médio das concentrações foi de 940 ppm e o valor mais alto foi constatado no ponto P4 (1.080 ppm), localizado na Rua Ernesto de Matos Carvalho (fls. 391-419);

CONSIDERANDO que, segundo a análise da empresa, na atmosfera, a concentração de metano é de 1,4 ppm, muito inferior àquela encontrada no subsolo do antigo depósito de resíduos sólidos, de modo que, de acordo com os registros, a concentração média no subsolo foi 685 vezes mais elevada que a concentração que ocorre naturalmente na atmosfera;

CONSIDERANDO as conclusões emitidas pela empresa contratada, segundo as quais a presença do metano em todos os pontos amostrados indica a forte possibilidade de degradação do solo e das águas subterrâneas pelo chorume, assim como as construções que demandem fundações profundas devem ser investigadas por meio de sondagens, uma vez que solos com elevada presença de matéria orgânica não oferecem resistência suficiente aos carregamentos;

CONSIDERANDO que, diante das conclusões dos estudos sobre a área o órgão ambiental informou que reunir-se-ia com outras secretarias para buscar a melhor solução para a segurança dos moradores e mitigação de possíveis riscos ambientais e à saúde pública (fl. 390);

CONSIDERANDO, portanto, que a área encontra-se contaminada, assim entendida como aquela que *"contenha quantidades ou concentrações de quaisquer substâncias ou resíduos em condições que causem ou possam causar danos à saúde humana, ao meio ambiente ou a outro bem a proteger, que nela tenham sido depositados, acumulados, armazenados, enterrados ou infiltrados de forma planejada, acidental ou até mesmo natural"* (<https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-perigosos/areas-contaminadas.html>);

CONSIDERANDO que, para gerenciamento de áreas contaminadas o CONAMA editou a Resolução CONAMA nº 420, de 28 de dezembro de 2009, que dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas, ou seja, disciplina a adoção de medidas que assegurem o conhecimento das características dessas áreas e dos impactos por ela causados, proporcionando os instrumentos necessários à tomada de decisão quanto às formas de intervenção mais adequadas;

CONSIDERANDO que, nos termos da resolução, o processo de identificação de uma área contaminada envolve uma avaliação preliminar, investigação confirmatória, investigação detalhada, avaliação de risco e ações para reabilitação da área, até as concentrações das substâncias detectadas atingirem níveis aceitáveis para uso pretendido futuro;

CONSIDERANDO que áreas contaminadas urbanas, como lixões e aterros sanitários em processo de encerramento, podem causar riscos à saúde humana, razão pela qual requer extrema cautela na reabilitação do local, sendo que *"Para se ter um uso futuro seguro, as ações de intervenção na área podem contemplar a impermeabilização da área (reduzir a percolação e lixiviação), instalação de barreiras hidráulicas (captação de chorume), instalação de drenos para gases e líquidos, sistema de bombeamento e tratamento da água e chorume, bem como manter a população que usa a área reabilitada informada sobre a situação ambiental da contaminação. Dentre as técnicas de remediação existentes, para garantir a compatibilização do uso futuro da área com a contaminação existente, destacam-se o tratamento térmico, solidificação, estabilização, biorremediação, fitorremediação, transformação química e atenuação natural"* (<https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-perigosos/areas-contaminadas.html>);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Resolução 420/2009 *"Na ocorrência comprovada de concentrações naturais de substâncias químicas que possam causar risco à saúde humana, os órgãos competentes deverão desenvolver ações específicas para a proteção da população exposta"*;

CONSIDERANDO que os procedimentos e ações necessárias objetivam a eliminação do perigo ou redução do risco à saúde humana, além da eliminação ou minimização dos riscos ao meio ambiente, nos termos do art. 22, incisos I e II da Resolução aplicável;

CONSIDERANDO que o gerenciamento de áreas contaminadas deve seguir procedimentos e ações de investigação e de gestão instituídos pelo órgão ambiental competente, contemplando as etapas de identificação, diagnóstico e intervenção, até que haja eliminação do perigo ou redução, a níveis toleráveis, dos riscos identificados na etapa de diagnóstico, conforme previsão do art. 23 da norma regulamentadora;

RESOLVE, em defesa do meio ambiente e da ordem urbanística, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, RECOMENDAR, ao Município de Dourados, na pessoa da Sra. Prefeita Délia Godoy Razuk, que:

1) Execute as medidas de reabilitação da área do antigo lixão a céu aberto (situado no quadrante formado entre as ruas Eulália Pires ao oeste, Clóvis Beviláqua ao leste, Noka Dauzacker ao sul e José Moreira dos Santos ao norte), em cumprimento a Resolução CONAMA n. 420/2009, realizando, no prazo de até 90 (noventa) dias, a investigação detalhada da área, incluindo solo, subsolo e águas subterrâneas, a fim de identificar os contaminantes e reabilitar a área para o uso residencial;

2) Após, encaminhar o resultado/relatório da investigação ao órgão ambiental competente, devidamente acompanhado de ART do profissional técnico responsável, com proposta para a ação de intervenção a ser executada sob sua responsabilidade, nos termos dos arts. 23 e 34 da Resolução CONAMA 420/2009;

3) Adote todas as medidas necessárias para preservar a higidez da estrutura das residências existentes sob o local, a fim de garantir a segurança dos moradores, acompanhando e diagnosticando possíveis danos estruturais mediante investigações por meio de sondagens;

4) Atender todas as exigências do órgão ambiental, realizando todas as medidas de intervenção necessárias para eliminação dos riscos ou a sua redução a níveis toleráveis, a fim de obter declaração de área em processo de monitoramento para reabilitação – AMR, nos termos do art. 35 da Resolução CONAMA 420/2009;

5) Após, realizar o monitoramento da área, pelo período definido pelo órgão ambiental competente, até confirmação da eliminação do perigo ou redução dos riscos a níveis toleráveis, a fim de obter declaração de área reabilitada para o uso declarado – AR, nos termos do art. 36 da Resolução CONAMA 420/2009;

A ausência de observância das medidas recomendadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao meio ambiente e à ordem urbanística de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da presente, se a RECOMENDAÇÃO será acolhida pela autoridade, sob pena de, não adotando as providências recomendadas, serem tomadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

Encaminhem-se cópias desta Recomendação para publicação no DOMP/MS.

Por fim, em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da Resolução n. 15/2007/PGJ, determino ao Executivo Municipal a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no Diário Oficial do Município.

Dourados, 21 de agosto de 2019.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça

TRÊS LAGOAS

EDITAL N. 06.2019.00000788-9

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Três Lagoas/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2019.00000788-9, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2019.00000788-9

Requerente: Denúncia Anônima

Requerido: V. J. dos S.

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na prestação na Câmara de Vereadores de Selvíria do serviço público autônomo e com indigitado sobrepreço de jardinagem e poda de árvore por V. J. dos S., servidor da prefeitura daquela localidade, que recebe adicional de dedicação exclusiva..

Três Lagoas, 21 de agosto de 2019.

FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA
Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

BONITO

EDITAL N. 0043/2019/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2019.00001118-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pedro Both Junior

Assunto: Apurar irregularidades ambientais na Fazenda Saramandaia, consistente na derrubada de árvores nativas em uma área de 100 hectares, sem a devida autorização do órgão ambiental

Bonito – MS, 16 de agosto de 2019.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

CAARAPÓ

EDITAL 0004/2019/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002977-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: CEMA - Centro Educacional Marie Ariane.

Assunto: Registrar as atividades de inspeção e/ou vistorias realizadas na entidade de acolhimento institucional de Caarapó/MS (CEMA – Centro Educacional Marie Ariane).

Caarapó-MS, 21 de agosto de 2019.

ARTHUR DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

COSTA RICA

EDITAL N. 0001/2019/02PJ/KCA.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração dos autos de Procedimento Preparatório n. 06.2019.00001206-0, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, n. 204, Bairro Santos Dumont, Prédio do Ministério Público Estadual, em Costa Rica/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório: 06.2019.00001206-0.

Requerente: Polícia Militar Ambiental do Município de Costa Rica/MS.

Requeridos: Alcenira da Silva Barbosa – ME, Comércio de Madeiras Três Fronteiras Eirele – ME e Cleiton Marcilio.

Assunto: Fiscalizar o transporte irregular de madeiras.

Costa Rica/MS, 20 de agosto de 2019.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça.

EDITAL N. 0002/2019/02PJ/KCA.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração dos autos de Procedimento Preparatório n. 06.2019.00001239-2, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, n. 204, Bairro Santos Dumont, Prédio do Ministério Público Estadual, em Costa Rica/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório: 06.2019.00001239-2.

Requerente: Polícia Militar Ambiental do Município de Costa Rica/MS.

Requeridos: Madeireira Paludo Ltda - ME, Webber Indústria Comércio de Madeiras Ltda - EPP e Rudiney Apaercido Eduardo.

Assunto: Fiscalizar o transporte irregular de madeiras.

Costa Rica/MS, 21 de agosto de 2019.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça.

EDITAL N. 0003/2019/02PJ/KCA.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica, torna pública a instauração dos autos de Procedimento Preparatório n. 06.2019.00001240-4, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, n. 204, Bairro Santos Dumont, Prédio do Ministério Público Estadual, em Costa Rica/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório: 06.2019.00001240-4.

Requerente: Polícia Militar Ambiental do Município de Costa Rica/MS.

Requeridos: Itapoan Madeiras Ltda - EPP e Dirceu Ferreira Lisboa.

Assunto: Fiscalizar o transporte irregular de madeiras.

Costa Rica/MS, 21 de agosto de 2019.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça.

MIRANDA

EDITAL Nº 022/2019

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil 06.2019.00001204-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: apurar suposto afrontamento ao princípio da moralidade, tendo em vista a gravação de vídeo de benção à prefeita municipal de Miranda, vice-prefeito e determinado vereador municipal, com a participação de servidores públicos do Município de Miranda.

Miranda/MS, 21/08/2019.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça em Subst. Legal

EDITAL N° 023/2019

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, cujos autos encontram-se sob sigilo.

Inquérito Civil 06.2019.00001208-1.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: SIGILOSO

Miranda/MS, 21/08/2019.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça em Subst. Legal

PONTA PORÃ

EDITAL N° 0064/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002291-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> .

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002291-3.

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Município de Antônio João.

Assunto: Acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial visando regularizar as ilegalidades verificadas com relação ao funcionamento do Sistema Único de Assistência Social no município de Antônio João.

Ponta Porã/MS, 22 de agosto de 2019.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL N° 0065/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002263-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> .

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002263-5

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Aral Moreira

Assunto: Acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial objetivando regularizar as ilegalidades constatadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social no município de Aral Moreira/MS.

Ponta Porã/MS, 22 de agosto de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

DEODÁPOLIS

EDITAL Nº 0036/2019/PJ/DPS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 09.2019.00002737-4

COMPROMITENTE: Ministério Público Estadual.

COMPROMISSÁRIO: Alexandre Souza da Silva & Cia Ltda-ME.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS publica Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS e Alexandre Souza da Silva & Cia Ltda-ME., em 22/07/2019, assume a obrigação de não fazer, certa, líquida e exigível, consistente em não adquirir qualquer produto madeireiro ou florestal sem comprovação de sua origem; a título de indenização pela aquisição, sem comprovação da origem, de 14.940m³ de madeira serrada (vigas, ripas e tábuas) da espécie *couratari guianenses*, nativa do Bioma Amazônico, conhecida como Tauari, conforme Auto de Infração nº 9146845/E do IBAMA, a contar da assinatura do presente Compromisso: I - doará, imediatamente, a madeira apreendida, em favor do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Deodápolis/MS, que destinará a madeira; II - doará, no prazo de 180 dias (a contar do dia 23 de julho de 2019), em favor do Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul - IMASUL, os seguintes bens: Processador, Placa Mãe, Memória RAM, Placa de Vídeo, HD, Fonte, Gabinete, Cooler, Monitor de 24, Leitor CD/DVD, Mouse e Teclado, tudo conforme ofício nº 113/Reg.Dourados/IMASUL/2019 (anexo), no valor aproximado de R\$ 4.481,96. O qual está disponível para consulta no sítio eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, bem como na Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, localizada na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro, Cep. 79.790-000, Telefone (67) 3448-1455.

Deodápolis/MS, 21 de agosto de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0037/2019/PJ/DPS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 09.2019.00002737-4

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Tac nº 09.2019.00002737-4, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Noticiante: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Interessado: empresa Alexandre Souza da Silva & Cia Ltda-ME.

Objeto: Acompanhar o cumprimento das cláusulas estipuladas no Termo de Ajustamento de Conduta nº 0005/2019/PJ/DPS, referente ao Inquérito Civil nº 06.2018.00001158-9, tendo como parte compromissária a empresa Alexandre Souza da Silva & Cia Ltda-ME..

Deodápolis/MS, 21 de agosto de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0038/2019/PJ/DPS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Nº 09.2019.00002324-5

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2019.00002324-5, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico:<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Noticiante: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Secretaria Municipal de Assistência Social de Deodápolis, CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Deodápolis.

Objeto: acompanhar o desenvolvimento de políticas públicas de Assistência Social e de Saúde no âmbito do Município de Deodápolis/MS que visem à efetivação dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Deodápolis/MS, 21 de agosto de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0039/2019/PJ/DPS

Procedimento Administrativo Nº 09.2019.00002122-5

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002122-5, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico:<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Noticiante: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Interessado: Zenildo Luz Caires.

Objeto: Acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre Zenildo Luz Caires e o Ministério Público Estadual nos autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00000464-0.

Deodápolis/MS, 21 de agosto de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0040/2019/PJ/DPS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2019.00002122-5

COMPROMITENTE: Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS.

COMPROMISSÁRIO: Zenildo Luz Caires

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS publica Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS e Zenildo Luz Caires, em 03/05/2019, tendo por objeto a regularização da reserva legal no imóvel rural denominado Fazenda Caires Jatobá ou Fazenda Caires III, composta pelo somatório dos Lotes 60, 62, 63, 64, 66, 68 e 70 da Quadra 73 e Lotes 61, 63, 65, 69 e 70 que são parte da Quadra 76, localizados nas 11ª e 12ª Linhas, no Município de Deodápolis/MS, perfazendo a área total de 365,48348ha, cujas matrículas são 2820, 4155, 4159, 4160, 4562 e 5181 do Registro de Imóveis de Deodápolis/MS, bem como a compensação pelo dano ambiental causado em razão do desmatamento irregular de 6,9ha da área de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, no Lote 63 da Quadra 73 da Fazenda Caires Jatobá ou Fazenda Caires III, com área de 28,9172ha, o qual está disponível para consulta no sítio eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, bem como na Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, localizada na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro, Cep. 79.790-000, Telefone (67) 3448-1455.

Deodápolis/MS, 21 de agosto de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça.